



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 46, DE 2020

(n° 507/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 507

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

Os méritos do Senhor **JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de setembro de 2020.

Brasília, 1 de Setembro de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



OFÍCIO Nº 540/2020/SG/PR/SG/PR

Assunto: Indicação de autoridade.

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado**
Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 09/09/2020, às 18:28, conforme horário
oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2105868** e o código CRC **6F950070** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO

CPF: 373.065.537-04

ID.: 6227 MRE

1954 Filho de Gerardo Ribeiro Leitão e Lúcia Augusto de Araújo Leitão, nasce em 17 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1975 CPCD - IRBr
1976 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1981 Mestrado em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1983 CAD-IRBr
2003 CAE - IRBr, A Mediterraneidade da Bolívia e o fortalecimento das conexões com o Atlântico

Cargos:

1976 Terceiro-secretário
1979 Segundo-secretário
1988 Primeiro-secretário, por merecimento
1996 Conselheiro, por merecimento
2004 Ministro de segunda classe, por merecimento
2014 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

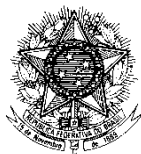
1976-79 Divisão de Difusão Cultural, assistente
1981-86 Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro, Cerimonial, assistente
1986-89 Embaixada em Sófia, segundo-secretário e primeiro-secretário
1989-93 Missão junto à CEE, Bruxelas, primeiro-secretário
1993-96 Embaixada em La Paz, primeiro-secretário
1996-99 Divisão da América Meridional II, assessor
1999-2003 Embaixada no Vaticano, conselheiro
2003-06 Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, assessor
2006-09 Embaixada em Lisboa, ministro-conselheiro
2009 Escritório de Representação no Rio de Janeiro
2009-11 Governo do Estado do Rio de Janeiro, subsecretário de Relações Internacionais
2012-17 Embaixada em São Tomé, embaixador
2017- Embaixada em Praia, embaixador

Condecorações:

2004 Ordem do Rio Branco, grau de Oficial

LUIS PINTO COSTA

Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

CÔTE D'IVOIRE



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
RELAÇÕES BILATERAIS.....	4
RELAÇÕES POLÍTICAS.....	4
Cooperação humanitária	4
Cooperação educacional	5
Cooperação entre academias diplomáticas	5
Cooperação em defesa	5
Acordo de serviços aéreos	5
RELAÇÕES ECONÔMICAS.....	6
Comércio.....	6
Importações de cacau marfinense	6
Empréstimos e financiamentos oficiais.....	6
ASSUNTOS CONSULARES	7
POLÍTICA INTERNA	8
História.....	8
Sucessão de Houphouët-Boigny	9
Primeira guerra civil (2002-2007).....	9
Eleições presidenciais de 2010 e a segunda guerra civil (2010-2011).....	10
Governo Ouattara	11
Eleições de 2020	11
Indicadores sociodemográficos.....	12
Divisão administrativa	12
Instituições	12
POLÍTICA EXTERNA	14
Relações com EUA e França	14
Relações no contexto africano	14
Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)	15
ECONOMIA.....	16
Agricultura	16
Petróleo e gás natural.....	16
Mineração	16

Investimentos estrangeiros	16
Impactos da COVID-19	17
MAPA.....	18
DADOS BÁSICOS.....	19
INTERCÂMBIO COMERCIAL.....	19

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência da Côte d'Ivoire em 13 de agosto de 1960 e estabeleceu Embaixada em Abidjã em 1969. Em março de 1971, a Côte d'Ivoire abriu Embaixada em Brasília. A partir de então, registraram-se visitas de alto nível e o relacionamento bilateral se intensificou. Contudo, a crise econômica que afetou ambos os países na década de 1980 e a deflagração de conflitos militares no país africano representaram desafios para a continuidade do estreitamento dos laços bilaterais.

O Brasil manteve aberta sua representação diplomática em Abidjã mesmo nos momentos mais dramáticos das crises marfinenses. Ademais, participou, entre 2008 e 2010, como observador, das reuniões do Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Acordo Político de Uagadugu, que buscou solucionar a instabilidade no país africano. A Côte d'Ivoire, por sua vez, participou da Conferência Rio+20, em 2012, com delegação chefiada pelo então Primeiro-Ministro Jeannot Ahoussou Kouadio. Em fevereiro de 2013, à margem da 3ª Cúpula América do Sul-África, em Malabo, houve reunião entre os presidentes dos dois países. Em 2014, visitou o Brasil o então Ministro dos Negócios Estrangeiros e Integração Africana marfinense, Charles Koffi Diby.

Em outubro de 2017, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores esteve na Côte d'Ivoire, na primeira visita de um chanceler brasileiro ao país desde 1983. Na ocasião, reuniu-se com o Presidente Alassane Ouattara e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Marcel Amon-Tanoh. Foram passados em revista todos os temas da agenda bilateral, com destaque para a questão das restrições brasileiras às importações do cacau marfinense, e foi assinado Acordo de Serviços Aéreos. Dois meses depois, o Vice-Presidente marfinense, Daniel Kablan Duncan, visitou o Brasil.

Em março de 2018, teve fim o embargo brasileiro às importações de cacau marfinense, questão que constituía, desde 2012, o principal entrave à intensificação das relações bilaterais. No mesmo mês, foi assinado em Brasília contrato de reestruturação da dívida da Côte d'Ivoire com o Brasil, por meio do qual o governo brasileiro concedeu perdão de 86% do valor total devido (a dívida marfinense somava cerca de USD 10 milhões). Em março de 2019, foi inaugurado em Abidjã o Centro de Excelência contra a Fome e a Malnutrição na África do Oeste e Central. Fruto de um memorando de entendimento entre o governo marfinense e o Programa Mundial de Alimentos da ONU, a nova instituição tem como modelo a experiência bem-sucedida de cooperação Sul-Sul do Centro de Excelência contra a Fome baseado no Brasil.

Em 13 de dezembro de 2019, o Ministro Ernesto Araújo esteve no país em escala técnica, no contexto de seu primeiro périplo africano, e reuniu-se com o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Diabaté Daouda, e o Diretor Adjunto do Gabinete do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Marcel Amon-Tanoh, Embaixador Vacaba Diaby. Conversou-se sobre a situação nos dois países e o atual estado das relações internacionais. Esse primeiro contato demonstrou a grande convergência de interesses existente entre o Brasil e a Côte d'Ivoire.

Cooperação humanitária. Em 2012, o governo brasileiro tomou diversas iniciativas de cooperação humanitária em favor da Côte d'Ivoire. O Brasil realizou contribuição de USD 200

mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoio a projeto de reconstrução de 180 casas para famílias de deslocados internos na região de Duékoué, uma das mais afetadas pela guerra civil que afetou o país em 2010 e 2011. Outra contribuição, de USD 50 mil, por meio do ACNUR, foi empenhada para a assistência a refugiados liberianos no país. O governo brasileiro também efetuou doação de 2.700 kg de medicamentos e insumos hospitalares, em apoio emergencial ao Ministério de Saúde Pública da Côte d'Ivoire e à Organização Caritas para o combate à úlcera burili, endemia que afetou as regiões oeste e centro-oeste daquele país.

Cooperação educacional. Há entre os dois países Acordo Cultural e Educacional, em vigor desde 1973. Desde o ano 2000, 57 estudantes da Côte d'Ivoire participaram do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) mantido pelo Brasil.

Cooperação entre academias diplomáticas. Embora não haja acordo de cooperação ou memorando de entendimento para a cooperação na formação de diplomatas entre o Brasil e a Côte d'Ivoire, tem-se registrado a presença de diplomatas marfinenses no Instituto Rio Branco (IRBr) há pelo menos quatro décadas. Desde 1976, seis diplomatas da Côte d'Ivoire foram bolsistas do Curso de Formação do Instituto Rio Branco. Em 2014, o então chanceler Charles Koffi Diby proferiu palestra no Instituto, quando de sua visita oficial ao Brasil. O Presidente Alassane Ouattara expressou o interesse do governo marfinense em estabelecer programa de trabalho com o governo brasileiro com vistas a reproduzir a experiência do IRBr no processo de criação de academia diplomática no país africano.

Cooperação em Defesa. Com o fim da guerra civil na Côte d'Ivoire, em 2011, as possibilidades de cooperação em defesa aumentaram. Em 2016, o Conselho de Segurança da ONU – pela Resolução 2283 de 28/04/2016 - levantou o embargo de venda de material militar à Côte d'Ivoire que vigorava desde 2004. Como consequência da referida resolução, o governo marfinense implementou lei de planejamento militar 2016-2020, com previsão de compra de equipamento de defesa para o país, o que abriu espaço para o fornecimento de produtos de defesa brasileiros para a Côte d'Ivoire.

Além da área de produtos de defesa, o diálogo bilateral em matéria de defesa apresenta perspectivas promissoras também no que se refere à cooperação para a formação de pessoal militar e à colaboração para intensificar a segurança no Golfo da Guiné e no Atlântico Sul como um todo, área considerada estratégica para o Brasil, por fazer parte do entorno imediato do país. Nesse contexto, em 2017, a Marinha do Brasil participou da Operação “Obangame Express”, cujo comando operacional foi sediado na Côte d'Ivoire. Ademais, em 28 de maio de 2019, o Ministro da Defesa, General de Exército Fernando Azevedo e Silva, foi recebido pelo General Diarrassouba Bakary, Diretor de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da Côte d'Ivoire, durante escala técnica no aeroporto internacional de Adibjã.

Acordo sobre Serviços Aéreos. Em dezembro de 2013, autoridades aeronáuticas do Brasil e da Côte d'Ivoire concluíram negociações e rubricaram texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento (MdE) entre as Agências de Aviação Civil, que previu a implementação imediata das cláusulas operacionais do ASA rubricado. O MdE estabeleceu livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais. Não há restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo. Há ainda previsão de direitos da quinta liberdade (direito de transportar passageiros e carga entre

o território do outro Estado contratante e o território de um terceiro Estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a ou proveniente do Estado de nacionalidade da aeronave). Permitem-se também operações em código compartilhado (“code share”) bilateral e com terceiros países. Atualmente, não há rotas aéreas diretas em operação entre Brasil e Côte d'Ivoire. O acordo propriamente dito foi assinado na visita do chanceler brasileiro a Abidjã em outubro de 2017. Ainda no que tange à aviação, a Côte d'Ivoire declarou apoio unilateral ao Brasil nas eleições para o Conselho da OACI realizadas em outubro de 2016. O ASA entre os dois países está tramitando na Câmara dos Deputados e tinha avaliação prevista no plenário ainda em 2020.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

A Côte d'Ivoire vem recuperando rapidamente sua relevância diplomática, estratégica e econômico-comercial no cenário africano, tornando-se atraente para diversos empreendedores como mercado para seus produtos e destino de investimentos. Em grande medida, o retorno para Abidjã da sede do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento – que compreende o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o Nigeria Trust Fund – bem como a transferência da sede da Organização Internacional do Cacau (OICACAU) para a capital marfinense contribuíram para esse cenário.

Comércio. Nos últimos cinco anos, a balança comercial entre o Brasil e a Côte d'Ivoire registrou variações consideráveis, embora tenha prevalecido o déficit brasileiro. Os principais produtos exportados pela Côte D'Ivoire são cacau, caju e borracha. A pauta de exportação brasileira é mais diversificada, envolvendo mais de 300 produtos, tendo como principais destaques os açúcares, as carnes e maquinário agrícola e automotivo.

Em 2015, a balança comercial representou déficit de USD 16,5 milhões para o Brasil. Em 2016, o superávit do Brasil foi de USD 837 mil. Em 2017, a Côte d'Ivoire obteve superávit de USD 18 milhões e, em 2018, o Brasil alcançou superávit de USD 11 milhões. Em 2019, a liberação da importação do cacau marfinense pelo Brasil repercutiu na balança comercial. As exportações de Côte d'Ivoire para o Brasil registraram aumento de quase 300%. Como as exportações brasileiras mantiveram-se no patamar dos anos anteriores, houve significativo crescimento do déficit brasileiro, que alcançou USD 91 milhões. Como a Côte d'Ivoire é uma das mais dinâmicas economias da África ocidental, há, contudo, potencial para aumento das exportações brasileiras.

Importações de cacau marfinense. A Côte d'Ivoire é o maior produtor mundial de grãos de cacau (aproximadamente 2 milhões de toneladas de grãos por safra), seguido de Gana (800 mil toneladas). O Brasil, sétimo maior produtor mundial (cerca de 200 mil toneladas), é importador líquido, devido ao expressivo consumo interno. As importações de grão de cacau provenientes da Côte d'Ivoire tinham sido suspensas em 2012, por questões fitossanitárias. As reservas do MAPA foram superadas em 2018, quando as importações foram retomadas.

Empréstimos e financiamentos oficiais. A dívida da Côte d'Ivoire com o Brasil era de cerca de USD 10 milhões. Durante reunião bilateral de renegociação dos pagamentos, em novembro de 2012, acertou-se o perdão de 86% do montante total. O restante, USD 1,26 milhão, seria pago em quatro parcelas semestrais de USD 315,7 mil. O acordo foi enviado para apreciação do Senado Federal, em maio de 2013, e foi aprovado, por meio da Resolução nº 41, em setembro de 2016, pelo plenário daquela casa legislativa.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Côte d'Ivoire, atendida pelo setor consular da Embaixada em Abidjã, é de cerca de 220 brasileiros. A maioria é composta por missionários de diversas ordens religiosas. Não há registro de cidadãos brasileiros detidos no país. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Côte d'Ivoire, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em acordos multilaterais de que ambos os países sejam parte. Durante a crise da COVID-19, quatro turistas brasileiros foram repatriados com o apoio da Embaixada em Abidjã.

POLÍTICA INTERNA

Após a morte de Félix Houphouët-Boigny (1993), que governava o país desde a independência, em 1960, a Côte d'Ivoire atravessou fase de grande instabilidade, que culminou em guerra civil em 2002. A paz foi firmada em 2007, mas houve nova crise por ocasião das eleições presidenciais de 2010, quando se opuseram as forças dos candidatos Laurent Gbagbo (Presidente entre 2000-2010) e Alassane Ouattara, atual Presidente, eleito naquele ano e reeleito em 2015. Desde o fim dos conflitos em 2011, verifica-se relativa estabilização política ancorada em colaboração com a ONU, com a União Africana e com a Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO). O processo de reconciliação nacional segue em curso e há novas eleições presidenciais previstas para 31 de outubro de 2020.

A relativa estabilização política permitiu que a economia marfinense voltasse a prosperar, firmando-se como a terceira maior entre os países da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO). O país tem crescido, em média, cerca de 8% ao ano. Em 2019, a Côte d'Ivoire foi uma das mais dinâmicas economias do mundo. Contudo, a epidemia da COVID-19 poderá prejudicar tanto a prosperidade econômica quanto a realização das eleições.

História. Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar, no século XVI, à região que hoje corresponde ao território da Côte d'Ivoire, inaugurando o comércio de marfim. No século XVII, os franceses iniciariam a instalação de entrepostos comerciais na região, que, em 1893, foi convertida em protetorado francês.

O processo de independência em relação à França teria início em 1946, com a fundação do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), primeiro partido anticolonial do continente, liderado por Félix Houphouët-Boigny, e concluiu-se em 7 de agosto de 1960. Houphouët-Boigny seria eleito Presidente, sendo o *Parti Démocratique de Côte d'Ivoire-RDA* (PDCI-RDA) a única agremiação política do país até os anos de 1990. De 1960 até meados dos anos de 1980, a Côte d'Ivoire experimentou crescimento econômico excepcional no setor agrícola, especialmente nos cultivos de cacau e café. A prosperidade daqueles anos valeu ao país o título de “milagre econômico da África”, ensejando grandes investimentos em infraestrutura, surgimento de uma classe média local e desenvolvimento urbano. Também contribuiu para atrair levas de imigrantes dos países vizinhos, principalmente do Burkina Faso e do Mali – fenômeno favorecido pela política de ocupação do território adotada por Houphouët-Boigny nos anos de 1970, sintetizada em sua declaração de que “a terra pertence àqueles que a cultivam”. Essa política resultou em forte competição entre diferentes grupos étnicos, tanto nacionais quanto imigrantes, pelo controle das terras e áreas florestais cultiváveis.

Nos anos de 1980, a queda dos preços internacionais dos principais produtos agrícolas exportados pela Côte d'Ivoire levaria ao rápido declínio da renda nacional, elevados níveis de endividamento público e privado e grave crise financeira. A situação econômica e a crescente pressão popular por abertura política levariam Houphouët-Boigny a implementar o sistema multipartidário em maio de 1990. Ainda assim, nas eleições de outubro daquele ano, o Presidente conseguiria reeleger-se pela sétima vez, com 81% dos votos, e o PDCI levaria 163 dos 175 assentos na Assembleia Nacional. Os votos da oposição se concentrariam no candidato Laurent Gbagbo, historiador e líder sindical, e em seu partido, o *Front Populaire Ivoirien* (FPI).

Sucessão de Houphouët-Boigny. Com a morte de Houphouët Boigny, em dezembro de 1993, o Presidente da Assembleia Nacional, Aimé Henri Konan Bédié, assumiria interinamente a presidência até a realização de eleições em 1995. O primeiro-ministro Alassane Dramane Ouattara, economista, seria indicado para assumir a vice-presidência do FMI, e deixaria o país para morar em Washington. Posteriormente, formaria novo partido, o *Rassemblement des Républicains de Côte d'Ivoire* (RDR).

Às vésperas das eleições presidenciais de 1995, ganhou ímpeto o debate nacional em torno da definição da *ivoirité* (“marfinidade”). Originalmente forjado para designar a identidade cultural marfinense, o termo levou à ideia de que apenas marfinenses “puros”, sem ascendentes originários de países vizinhos, poderiam ser considerados cidadãos legítimos. Com isso, a reforma do código eleitoral de 1994 acabou determinando que os candidatos à Presidência deveriam provar ascendência marfinense. Assim, Alassane Ouattara foi excluído do pleito, uma vez que seu pai seria natural do Burkina Faso. Laurent Gbagbo boicotou as eleições em apoio a Ouattara, seu futuro rival. Sem concorrentes de peso, Bédié seria eleito com 96,16% dos votos.

A situação econômica continuaria a se deteriorar nos anos de 1990 e, em 1999, realizaram-se grandes manifestações em Abidjã. Em 24 de dezembro daquele ano, o general Robert Guéï tomara o poder, liderando a junta militar que assumiu temporariamente a Presidência. A constituição de 2000 manteve a determinação de que, para ser candidato à presidência, era necessário ser marfinense de origem, com pai e mãe marfinenses de origem – o que supostamente impedia a candidatura de Ouattara. Os principais concorrentes nas eleições presidenciais de outubro de 2000 foram o próprio general Guéï e Laurent Gbagbo, que obteria 59,36% dos votos já no primeiro turno. A recusa do general Guéï de reconhecer o resultado geraria manifestações em todo o país, que levariam a sua saída do poder em poucos dias.

Após a chegada de Laurent Gbagbo à Presidência, houve confrontos violentos entre partidários do FPI e do RDR, que exigia a realização de novas eleições. Gbagbo, católico, contava com forte respaldo no centro-sul do país, de maioria cristã; Ouattara, muçulmano, tinha apoio na região norte, de maioria islâmica. Em 2001, os chamados “quatro grandes” (Bédié, Gbagbo, Ouattara e Guéï) iniciariam um diálogo (*Forum de la Réconciliation Nationale*) para buscar uma solução política para a crise. Antes que o processo de reconciliação nacional pudesse ser concluído, porém, haveria nova tentativa de golpe, que falharia em derrubar Gbagbo mas precipitaria a divisão entre o norte e o sul do país.

Primeira guerra civil (2002-2007). Em 19 de setembro de 2002, rebeldes originários do norte realizaram ataques em várias cidades, inclusive Abidjã, e tomaram o controle de parte do país, desafiando o poder de Gbagbo. Iniciava-se a primeira guerra civil da Côte d’Ivoire. Robert Guéï e toda a sua família foram mortos nos conflitos. Acusado de apoiar os rebeldes, Alassane Ouattara buscou asilo na embaixada da França em Abidjã.

A França interveio, por meio da *Opération Licorne*: em outubro de 2002, forças francesas estacionadas em Abidjã desde a independência (em conformidade com o acordo bilateral de defesa de 1961) ocupariam, juntamente com tropas da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), uma linha de armistício que dividiu o país entre norte (dominado pelos rebeldes) e sul (controlado pelo governo).

Em janeiro de 2003, as forças políticas marfinenses se reuniram na França para buscar uma solução para a crise, de onde resultam os Acordos de Linas-Marcoussis. O documento previa a manutenção de Gbagbo como Presidente, um governo de conciliação nacional integrando as principais forças políticas (inclusive líderes rebeldes, como Guillaume Soro) e um programa para solucionar as causas fundamentais da crise (leis de definição da nacionalidade, elegibilidade e acesso à propriedade rural), além da reestruturação das forças armadas e desarmamento dos rebeldes.

Os acordos de paz não foram bem recebidos pelos apoiadores de Gbagbo em Abidjã, gerando protestos violentos. Em fevereiro, resolução do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) autorizou o envio de tropas da França e da CEDEAO ao país. Em maio, outra resolução estabeleceu a Missão das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (MINUCI) para facilitar a implementação dos Acordos de Linas-Marcoussis. Em setembro de 2003 as *Forces Nouvelles*, principal grupo armado de oposição, abandonaram o governo de reconciliação nacional. A instabilidade no país levou o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a mudar sua sede de Abidjã para Túnis, no mesmo mês.

Em abril de 2004, em nova resolução do CSNU, a MINUCI foi substituída pela Operação de Paz da ONU na Côte d'Ivoire (ONUCI). Em julho, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, realizou nova reunião das partes em conflito em Acra, Gana, quando novo acordo foi celebrado. Nele, o Presidente Gbagbo se comprometeu a modificar artigo da constituição sobre a obrigatoriedade de ser descendente de marfinenses originários para concorrer à Presidência, e os grupos rebeldes aceitaram retornar ao governo e iniciar o desarmamento. Apesar dos esforços, a situação continuaria a se deteriorar. Em novembro, o governo realizou ataque aéreo contra posições rebeldes, atingindo base francesa em Bouaké. Em retaliação, a França executou ataque aéreo que destruiria a frota aeronáutica marfinense e patrocinou resolução estabelecendo embargo à venda de material militar à Côte d'Ivoire.

Em 2005, a mediação do Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, ensejou novo acordo de paz, celebrado em Pretória, no qual os rebeldes se comprometeram com o desarmamento em troca de novas regras de elegibilidade. Como o acordo não foi cumprido, as eleições previstas para outubro de 2005 foram postergadas. Em dezembro, nova resolução do CSNU proibiu o comércio de diamantes da Côte d'Ivoire para evitar seu uso para financiar o conflito.

Em outubro de 2006, as eleições presidenciais voltariam a ser adiadas. Em janeiro do ano seguinte, o Presidente Gbagbo reiniciaria as negociações com líderes rebeldes. Finalmente, em março de 2007, Gbagbo e Guillaume Soro assinariam o Acordo Político de Uagadugu, marcando o fim da primeira guerra civil. Soro seria indicado Primeiro-Ministro.

Eleições presidenciais de 2010 e a segunda guerra civil (2010-2011). Como resultado da primeira guerra civil, as eleições presidenciais seriam adiadas diversas vezes, voltando a se



Linha de armistício ocupada por tropas francesas e da CEDEAO

realizar somente em 2010. O primeiro turno ocorreria sem grandes incidentes, com participação de 83,7% do eleitorado. Gbagbo obteve 38% dos votos, Alassane Ouattara, 32% e Konan Bédié, 25,2%. Quando os resultados do segundo turno foram anunciados (Ouattara seria o vencedor, com 54% dos votos), Gbagbo resistiria à ideia de deixar poder. Nesse contexto, o Conselho Constitucional invalidaria 570 mil votos de redutos do RDR, alegando fraude, e mudaria o resultado, dando vitória a Gbagbo.

No dia 4 de dezembro, ambos os candidatos se autoproclamaram Presidentes. O impasse levou ao início da segunda guerra civil na Côte d'Ivoire, que segundo a ONU teria deixado 3 mil mortos e mais de 500 mil deslocados internos. Após a escalada da violência e da pressão internacional (com sanções contra Gbagbo e seus apoiadores, a suspensão da Côte d'Ivoire na União Africana e na CEDEAO e um embargo ao cacau marfinense liderado pelos Estados Unidos), o conflito chegou ao fim em abril de 2011, com a prisão de Laurent Gbagbo pelos rebeldes, apoiados por tropas da ONU e da França. A Corte Constitucional reconheceu a vitória de Ouattara, que tomou posse em 6 de maio de 2011. O embargo às exportações de cacau e outras sanções econômicas contra a Côte d'Ivoire foram suspensos.

Em outubro de 2011, o Tribunal Penal Internacional (TPI) abriu investigação sobre crimes de guerra cometidos pelos dois lados da disputa. Gbagbo foi o primeiro ex-chefe de Estado a ser entregue ao tribunal, sob acusação de crimes de guerra. Charles Blé Goudé (um de seus principais apoiadores, líder da milícia pró-FPI *Jeunes Patriotes*) também seria entregue ao TPI pouco depois.

Governo Ouattara. Nas eleições para a Assembleia Nacional, realizadas em dezembro de 2011, e boicotadas pelo FPI de Gbagbo, o RDR obteve metade dos assentos e o PDCI – partido que integrava com o RDR a coalizão de oposição a Gbagbo – conquistou mais um terço. A situação confortável na Assembleia permitiria a Ouattara aprovar, em agosto de 2013, reformas como a regulamentação das propriedades rurais e os critérios para concessão da nacionalidade marfinense a estrangeiros e seus descendentes.

Em abril de 2013, foram realizadas eleições locais, marcadas igualmente pelo boicote do FPI, além de distúrbios e elevada abstenção (de cerca de 70% do eleitorado).

Em outubro de 2015, Ouattara foi reeleito com 83,7% dos votos, contra os 9,3% obtidos por Pascal Affi N'Guessan, do FPI. Cerca de um ano depois, o Presidente Ouattara obteve, em plebiscito realizado no dia 30 de outubro, a vitória de sua proposta de nova Constituição. A nova carta introduziu uma série de modificações em relação à Constituição de 2000, com destaque para a criação do Senado, da figura do Vice-Presidente e de novas regras sobre elegibilidade (ver item “*Instituições*”). Em dezembro daquele ano, a coalizão governista RHDP alcançaria a maioria absoluta dos assentos nas eleições legislativas.

Foram encerradas em junho de 2017 as atividades da ONUCI, “em vista do progresso alcançado pela Côte d'Ivoire na busca de paz duradoura, estabilidade e prosperidade econômica”.

Eleições de 2020. Em janeiro de 2019, Laurent Gbagbo e Blé Goudé foram declarados inocentes pelo TPI. Os juízes autorizaram a libertação de ambos, contanto que os dois não voltassem à Côte d'Ivoire até que fossem julgados todos os recursos. Em fevereiro de 2020, os advogados submeteram ao TPI pedido de derrubada das condicionalidades.

Em março de 2020, o Presidente Ouattara anunciou que não concorrerá a um terceiro mandato nas eleições presidenciais deste ano. Declarou, ainda, que gostaria de “garantir a

transferência de poderes de um presidente eleito democraticamente para outro eleito democraticamente pela primeira vez na história do país”.

Indicadores sociais e demográficos. As perspectivas positivas da economia marfinense contrastam com os resultados do país em termos de desenvolvimento. Classificada na 165ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2019, a Côte d’Ivoire apresenta expectativa de vida de 57,4 e índice de alfabetização de 43,9%.

A população de Côte D’Ivoire em 2019 era de cerca de 26 milhões de habitantes. A maior parte se concentra na porção sul do território. Metade encontra-se nas cidades, sendo que 20% vivem no distrito autônomo de Abidjã. A maioria (54,7%) tem entre 15 e 64 anos. Há grande número de imigrantes no país (24,2% da população em 2014), sobretudo burkinabés e malianos, mas também guineenses, togoleses e benineses. Além do francês, língua oficial, falam-se os idiomas diula e baulê.

Os principais grupos étnicos são os akans, os gurs (voltaïques), os mandés (do norte e do sul) e os krous. Do ponto de vista religioso, os maiores grupos são muçulmanos (42,9%), cristãos (33,9%), sendo a maioria católica, e pessoas sem religião (19%). Há um predomínio do islamismo na porção norte do território, próxima ao Sahel, e das religiões cristãs e animistas na porção sul, próxima à costa atlântica. A maioria dos não-marfinenses é muçulmana (72,7%).

Divisão administrativa. O primeiro nível de divisão administrativa da Côte d’Ivoire corresponde aos distritos, criados em 2011 como forma de descentralizar o estado marfinense. São 14 ao todo, sendo que dois deles são distritos autônomos em torno das cidades de Yamoussoukro (capital oficial desde 1983) e Abidjã (ex-capital e cidade mais importante até os dias atuais). Os outros 12 distritos são subdivididos em 31 regiões. O terceiro nível administrativo corresponde aos departamentos (108 no total), que se dividem, por seu turno, em 510 subprefeituras. O quarto nível corresponde às comunas. Embora não sejam subdivididos em regiões, os distritos autônomos abrangem departamentos, subprefeituras e comunas.



Instituições. A Constituição aprovada em outubro de 2016 trouxe mudanças importantes em relação à Constituição de 2000, sobretudo quanto aos critérios para elegibilidade à presidência: desapareceu a imposição de idade máxima para se candidatar (antes fixada em 75 anos) e reduziu-se a idade mínima para 35 anos; a determinação de que o candidato deveria ser marfinense “nascido de *pai e mãe* originários da Côte d’Ivoire” foi substituída por “nascido de *pai ou mãe* originário da Côte d’Ivoire”.

Ainda no âmbito do Executivo, a nova Carta criou o posto de Vice-Presidente. Tanto o Presidente quanto o Vice são eleitos na mesma chapa por voto direto, para mandatos de cinco

anos, e só podem se reeleger uma vez. Permaneceu, ainda, a figura do Primeiro-Ministro, que é indicado pelo Presidente e que pode assumir o poder em caso de vacância do Presidente e do Vice-Presidente.

No âmbito Poder Legislativo, a mudança mais significativa foi a criação de um Senado. Dois terços dos senadores são eleitos por voto indireto (a escolha é feita pelos conselheiros municipais, regionais e distritais, e pelos membros da Assembleia Nacional) e os demais são escolhidos pelo Presidente da República. O número de senadores foi fixado em 99, três por unidade administrativa (31 regiões, mais os dois distritos autônomos de Abidjã e Yamoussoukro), com mandato de cinco anos. A Assembleia Geral, por seu turno, é composta por 255 deputados, eleitos por voto direto para mandato de cinco anos.

A mais alta corte de justiça é a Corte Suprema, constituída por um presidente, três vice-presidentes e nove magistrados. Os juízes são indicados pelo Conselho Superior da Magistratura (órgão formado por sete membros).

POLÍTICA EXTERNA

Relações com EUA e França. Logo após a independência, a Côte d'Ivoire estabeleceu relação estreita com as potências ocidentais, especialmente os Estados Unidos e a França.

Mesmo com a procura de novos parceiros a partir da década de 1990 e o relativo distanciamento ocorrido durante o governo Laurent Gbagbo (2000-2010), a França é até hoje a principal fonte de ajuda financeira e de investimentos da Côte d'Ivoire: a ex-metrópole é o principal credor marfinense, com oferta de doações em torno de 250 milhões de euros por ano; e a participação econômica das cerca de 800 empresas francesas instaladas no país corresponde a cerca de 30% do PIB. Abidjã abriga base militar francesa com mais de mil soldados. O governo de Alassane Ouattara promoveu reaproximação com Paris. As relações bilaterais pautam-se, atualmente, por dois grandes eixos: combate ao terrorismo e desenvolvimento econômico.

Em junho de 2017, o Presidente Ouattara entrevistou-se em Paris com o recém-empossado Presidente francês, Emmanuel Macron, reafirmando a disposição da Côte d'Ivoire de manter “relações privilegiadas” com a França. Durante o encontro, os dois Presidentes acordaram intensificar a cooperação militar. Na mesma ocasião, Emmanuel Macron confirmou o interesse francês em financiar a construção do metrô de Abidjã, cuja obra, orçada em 1,2 bilhão de euros, deverá ser outorgada a empresas francesas.

Em sua mais recente visita à Côte d'Ivoire, em dezembro de 2019, o Presidente francês foi à base militar localizada no município de Port-Bouet, reforçando o compromisso com o combate ao terrorismo e a estabilidade do país. Durante a viagem foram anunciados diversos acordos com a Côte d'Ivoire na área militar e em ajuda oficial ao desenvolvimento. A visita serviu para reafirmar a boa relação entre Macron e Ouattara.

Relações no contexto africano. A Côte d'Ivoire engajou-se tradicionalmente nas iniciativas de **integração regional**, defendendo um pan-africanismo moderado e liberal. O país foi um dos grandes fiadores da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), instituição regional que possui moeda única (o franco CFA da África Ocidental), hoje atrelada ao euro. A Côte d'Ivoire também integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana.

Nos últimos anos, com o retorno da estabilidade política e econômica, o país viu a volta da sede do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a Abidjã e novamente se engajou nos projetos de integração, apoiando a Zona de Livre Comércio Continental Africana, por exemplo.

A ascensão do terrorismo na **região do Sahel** trouxe novo foco de preocupação para a Côte d'Ivoire, que apoia a Operação Barkhane, iniciativa francesa de cooperação com os países do chamado G5-Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger) por meio da presença militar para combater os grupos terroristas. Ressalte-se que a Côte d'Ivoire faz fronteira com dois desses países: Mali e Burkina Faso.

Com **Gana**, outro de seus vizinhos, a Côte d'Ivoire competiu, durante décadas, por mercado para suas produções de cacau. Contudo, em reunião em Acra, em junho de 2019, produtores dos dois países, que, juntos, são responsáveis por cerca de 65% da exportação mundial, anunciaram política de controle da produção, visando à manutenção de piso de USD 2.600 por tonelada. A conferência contou com a participação do Vice-Presidente ganense Mahamudu Bawumia e de representantes de indústrias multinacionais de chocolate (incluindo Nestlé, Mars Wrigley Confectionery, Mondelèz, Ferrero e Lindt&Sprüngli). O acordo foi fruto

de aproximação entre Gana e Côte d'Ivoire por iniciativa dos presidentes ganense, Nana Akufo-Addo, e marfinense, Alassane Ouattara, em 2017. O controle de produção associado à alta de 7,5% na demanda asiática levou o preço internacional do cacau a subir mais de 40% desde os meses finais de 2019, chegando a USD 2.900 por tonelada em fevereiro de 2020. Recentemente, a sede da Organização Internacional do Cacau (OICACAU) foi transferida de Londres para Abidjã, reforçando o perfil marfinense como ator de peso nesse mercado.

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A Côte d'Ivoire foi eleita para assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, para o biênio 2018-2019, nas eleições realizadas em junho de 2017, tendo contado com o apoio brasileiro. O país concentrou suas atenções no estímulo à reconstrução e à consolidação da paz em países em situação de pós-conflito. Também acompanhou de perto os debates sobre o terrorismo no Sahel.

ECONOMIA

Após sofrer retração de 4,4% em 2011, refletindo os efeitos dos conflitos pós-eleitorais de 2010, a economia da Côte d'Ivoire recuperou-se rapidamente e atingiu notável expansão de 10,6% em 2012. Os anos seguintes continuaram sendo caracterizados por forte ritmo de expansão econômica, tendo o PIB crescido a taxa média de 8% ao ano: 8,7% em 2013; 8,8% em 2014; 8,8% em 2015; 8,3% em 2016; 7,8% em 2017; 7,4% em 2018; 7,5% em 2019. O FMI atribui o crescimento à recuperação pós-conflito e aos investimentos de infraestrutura viária, aeroportuária e de abastecimento e tratamento de água. Alguns setores são responsáveis pelo dinamismo marfinense: mineração, produção energética, telecomunicações e construção civil. A economia de Côte d'Ivoire mantém, no entanto, vulnerabilidades importantes. O país tem déficits anuais no orçamento (de cerca de 4%) e na balança de transações correntes (cerca de 3%), com consequente endividamento.

Agricultura. O setor agrícola, que emprega mais de 60% da população economicamente ativa, posiciona-se como o mais importante segmento da economia marfinense, sendo o país o maior produtor e exportador mundial de cacau bruto. A Côte d'Ivoire também é produtora internacional importante de caju e café.

Petróleo e gás natural. A Côte d'Ivoire possui limitada capacidade de produção e refino de petróleo, mas suficiente para cobrir quase todo o consumo interno e gerar excedentes exportáveis. Suas reservas estão estimadas em 100 milhões de barris, a maior parte *offshore*. Há expectativa de descoberta de novas reservas em águas profundas, uma vez que foram feitas grandes descobertas em áreas vizinhas de Gana, país vizinho.

Existe, em operação, uma refinaria em Abidjã, com uma planta de betume adjacente, ambas estatais. A refinaria é abastecida pela produção local, complementada por importações da Nigéria. O país é autossuficiente na produção de produtos petrolíferos refinados e é também um dos principais fornecedores para a região oeste do continente africano. A companhia estatal de gás e petróleo (PETROCI) revelou planos de construir uma segunda refinaria, com capacidade para processar 60 mil barris por dia, a fim de incrementar o abastecimento no mercado de derivados do oeste africano.

Mineração. O ouro é o foco dos investimentos estrangeiros no setor de mineração da Côte d'Ivoire. Há larga presença de garimpos artesanais de ouro e diamante no país. A Côte d'Ivoire também teria potencial para a exploração de ferro, bauxita, níquel, manganês e tantalita.

Investimentos estrangeiros. Em decorrência dos laços históricos, a França detém o maior estoque de investimentos na Côte d'Ivoire. As inversões francesas totalizam cerca de USD 800 milhões, em setores como bancos e finanças, eletricidade e gás, construção e obras públicas, agroindústria, armazenamento, transportes, comércio de veículos e telecomunicações. A China ocupa o segundo lugar, com pelo menos USD 555 milhões investidos no país africano. Entre os investimentos chineses estão a construção de represa hidrelétrica em Soubré (USD 428 milhões), e da rodovia Abidjã-Bassam (USD 88 milhões). Outros grandes investidores na Côte d'Ivoire são o Reino Unido, a Índia e Cingapura.

Impactos da COVID-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, no dia 17/4/2020, um fundo de emergência de USD 886,2 milhões de para ajudar o país a combater o COVID-19. Foram colocados à disposição da Costa do Marfim 100% da sua quota-parte na instituição, a uma taxa de juros de 0,25%. Em comunicado oficial, o diretor-geral adjunto do FMI Mitsuhiro Furusawa sublinhou que “o impacto econômico da COVID-19 na economia da Côte d’Ivoire será considerável” e que “as perspectivas de curto prazo do país já começam a dar sinais de rápida deterioração” não somente por problemas internos, mas também pela desaceleração das economias dos principais parceiros comerciais, como a China, os EUA e a União Europeia, entre outros. Nesse sentido, o governo marfinense anunciou, em 31 de março, esperar uma taxa de crescimento econômico de 3,6%, em 2020, contra os 7,2% inicialmente previstos. As estimativas mais atualizadas já projetam crescimento de cerca de 2,0%. O Presidente da França, Emmanuel Macron, defendeu, em reunião do G20, que fosse implementada moratória das dívidas de países africanos, sugerindo o cancelamento em casos como o dos países de menor desenvolvimento relativo.

A Côte d’Ivoire fechou as fronteiras em março, impondo restrições de circulação, medidas de distanciamento social e uso obrigatório de máscara, além de recomendação de teletrabalho e isolamento da região de Abidjã (epicentro local do vírus) do resto do país.

MAPA



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República da Côte d'Ivoire
Gentílico:	Marfinense
Capital:	Yamoussoukro (capital oficial) e Abidjã (sede do Governo)
Área:	322.462 km ²
População (FMI, 2019):	26,275 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Islamismo (40%), cristianismo (30%) e crenças tradicionais (30%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional (225 membros)
Chefe de Estado:	Presidente Alassane Ouattara
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Amadou Gon Coulibaly
Chanceler:	Ally Coulibaly
PIB (FMI, est. 2019):	US\$ 44,44 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US\$ 117,11 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	US\$ 1,69 mil
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	US\$ 4,46 mil
Variação do PIB (FMI):	2,7% (est. 2020); 7,5% (est. 2019); 7,4% (est. 2018); 7,8% (2017); 8,3% (2016); 8,8% (2015); 8,8% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,516 (165º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,331
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	57,4 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	43,9%
Índice de desemprego (BM, 2019):	2,4%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador da Côte d'Ivoire:	Sylvestre Aka Amon Kassi
Embaixador em Abidjã:	Bruno Luiz dos Santos Cobuccio
Comunidade brasileira estimada:	220

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Côte d'Ivoire	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan – abr)
Intercâmbio	99.480	102.411	110.675	93.226	127.403	121.357	213.894	75.807
Exportações	65.033	55.660	47.075	47.032	54.779	66.093	61.020	9.566
Importações	34.446	46.750	63.600	46.194	72.624	55.264	152.874	66.241
Saldo	30.587	8.911	-16.526	837	-17.845	10.829	-91.854	-56.675

